



Revista de Direito do Terceiro Setor - RDTS **Belo Horizonte, ano 10, n. 19, jan./jun. 2016**

Doutrina

Artigos

- ◆ A participação na gestão do Terceiro Setor
André Tito da Motta Oliveira
- ◆ Gestão estratégica do terceiro setor: uma discussão sobre accountability e o novo marco legal
Marcus Vinicius de Azevedo Braga, Pedro Ribeiro Viscardi
- ◆ Campo de incidência da Lei Federal nº 13.019/14: Contrato de Gestão e Termo de Parceria
Josenir Teixeira
- ◆ O contrato de gestão com as Organizações Sociais e a constitucionalidade da Lei Federal nº 9.637/98
Beatriz Camasmie Curiati Salione
- ◆ Estudo de caso da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.923/DF: celebração de contratos de gestão entre a Administração Pública e organizações sociais
Leandro Carvalho Cunha

Legislação

Legislação Comentada

- ◆ Mecanismos de participação social no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: avanços e retrocessos introduzidos pela Lei nº 13.019/14 e Decreto nº 8.726/16
Natasha Schmitt Caccia Salinas

Decisão do Tribunal de Contas da União - TCU

◆ **Tribunal de Contas da União**

Relatório de Auditoria – Avaliação de ajustes firmados por órgãos estaduais e municipais com entidades privadas – Disponibilização de profissionais de saúde para atuarem em unidades públicas de saúde – Inexistência de estudos que demonstrem as vantagens de terceirização dos serviços – Baixa ou nenhuma participação do Conselho Municipal de Saúde nas decisões – Ausência de planilha de composição de custos unitários – Fiscalização deficiente – Celebração de contrato de gestão com entidade privada não qualificada como organização social e com entidade privada com fins lucrativos – Termos de parcerias celebrados para mera intermediação de mão de obra – Determinação

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ **Supremo Tribunal Federal**

Tributário – IPTU – Imunidade – Instituições religiosas – Imóveis – Templo e residência dos membros – Constitucionalidade

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Recurso Especial – Entidade de previdência fechada – Mútuo feneratício – Resolução contratual – Financiamento de imóvel – Não incidência do Código de Defesa do Consumidor – Diferenças entre entidades de previdência privada aberta e fechada

◆ **Tribunal Superior do Trabalho**

Agente Comunitário de Saúde – Incentivo financeiro adicional – Portaria do Ministério da Saúde nº 674/2002 – Necessidade de autorização prévia conferida por lei específica – Observância da dotação orçamentária e dos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Artigo 37, inciso X, 61, inciso II, alínea “a” e 169, da Constituição federal de 1988

◆ **Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região**

Contrato de gestão entre município e entidade privada – Serviço relacionado à saúde – Créditos não adimplidos pelo empregador – Responsabilidade subsidiária do município – Súmula nº 331, IV, do TST – Culpa in vigilando – Ausência de fiscalização adequada da prestação do serviço contratado

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação

Resenha

- ◆ SOUZA, Aline Gonçalves de. *Empresas Sociais: Uma Abordagem Societária*. São Paulo: Almedina, 2015.
Evandro Fernandes de Pontes

Chamada Pública

- ◆ Chamada Pública - Revista de Direito do Terceiro Setor Nº 20